



Jonas Pereira/Agência Senado — 8/2/2017



A lista de medidas prontas para votação no Plenário inclui a proposta de emenda à Constituição que desvincula o salário dos servidores públicos da remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal

Líderes decidem composição das comissões e pauta do Plenário

Reunião de Eunício com representantes dos partidos será às 11h de hoje. Até agora, só CCJ está formada. Terceirização da mão de obra pode ir a Plenário

O projeto de lei que agiliza o teste de novos medicamentos em seres humanos e a proposta que regulamenta a terceirização de mão de obra das empresas são

algumas das medidas de interesse do governo que podem entrar na pauta do Plenário do Senado desta semana. A decisão será tomada na manhã de hoje em reunião do presidente

do Senado, Eunício Oliveira, com os líderes dos partidos. Além disso, os líderes devem decidir sobre a composição das comissões permanentes da Casa. **3**

especial Cidadania

Gerardo Magliolo/Agência Senado — 2/2/2017



Viajantes querem garantia de que mudança reduzirá preço de passagem

Proposta do Senado garante despacho gratuito de bagagem

Projeto de Humberto Costa, já aprovado no Senado e em análise na Câmara, altera norma da Agência Nacional de Aviação Civil prevista para entrar em vigor em março que permite

às empresas aéreas criar as próprias regras para cobrança pelo despacho de malas. O restante da resolução da Anac, com outras mudanças, não é alterado pela proposta do senador. **4**

Vaquejada e desburocratização devem ser votadas hoje pela Casa **3**

Projeto aumenta propaganda política em rádio e televisão **3**

Homenagem a aposentado tem debate sobre reforma

Dirigentes de centrais sindicais e entidades sociais aproveitaram sessão plenária de ontem em homenagem aos aposentados para criticar a proposta de reforma na Previdência.

Eles contestaram a existência de déficit no sistema e acusaram o governo de sacrificar os trabalhadores para obter mais recursos destinados a pagar os juros da dívida pública. **2**



Lembrado ontem com sessão especial, o Dia do Aposentado é comemorado em 24 de janeiro

Pela internet, cidadãos sugerem perguntas a Moraes

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O Portal do Senado recebeu em quatro dias 443 perguntas e opiniões de cidadãos para a sabatina de Alexandre de Moraes para o STF. Eduardo Braga apresenta hoje à CCJ seu relatório sobre a indicação. **3**

Ministro licenciado da Justiça, Alexandre de Moraes deverá ser sabatinado para cargo no STF na próxima semana

Sessão do Dia do Aposentado é marcada por protestos

Convidados para sessão especial, sindicatos e associações de aposentados protestaram dentro e fora do Plenário contra a reforma da Previdência

A SESSÃO ESPECIAL em homenagem ao Dia do Aposentado, realizada ontem no Plenário do Senado, ganhou caráter de protesto contra a proposta de reforma da Previdência Social. O tom foi de revolta contra as medidas previstas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. Muitos oradores contestaram a existência de déficit no sistema e acusaram o governo de querer sacrificar os trabalhadores para garantir mais recursos para os juros da dívida pública. O Dia do Aposentado é comemorado em 24 de janeiro.

Em análise na comissão especial na Câmara, a PEC fixa idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres. O projeto eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. Para se aposentar com 100% do salário, será preciso contribuir por pelo menos 49 anos. Com regras de transição para homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45, as mudanças valerão para os setores público e privado.

Solicitada por Paulo Paim (PT-RS), que presidiu os trabalhos, a sessão contou com a presença de dirigentes de centrais sindicais e associações de trabalhadores e aposentados. Também participaram membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Superavit

Paim leu a *Carta de Brasília*, na qual entidades trabalhistas condenam a reforma e afirmam que a Previdência é superavitária. O senador salientou que mais de R\$ 456 bilhões já foram desviados da Previdência, por meio de desvinculações, renúncias fiscais,



Para sindicatos e centrais de trabalhadores, não há déficit na seguridade social

fraudes e sonegação.

— Se tudo isso é verdade, não votem essa reforma, porque ela é um crime — disse Paim, em apelo a deputados e senadores.

O vice-presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, disse que a conta que se faz para apontar o rombo previdenciário não considera outras receitas que financiam a seguridade social.

Ex-presidente do INSS, Mauro Hauschild cobrou contrapartida do governo antes de qualquer alteração no direito dos trabalhadores. A vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Maria Cândida Capozzoli, classificou de injusta a proposta e garantiu que a entidade tem estudos comprovando que não há déficit na Previdência.

O presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, Warley Gonçalves, defendeu uma CPI no Congresso. A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, sustentou que o objetivo é “sangrar” o sistema em favor da dívida pública, que hoje compromete metade do Orçamento da

União e nunca foi auditada.

Maria Antônia Magalhães, da Força Sindical, disse que deputados e senadores estão traindo os eleitores. Graça Costa, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), antecipou que a entidade participará de qualquer negociação em torno da PEC. Para a CUT, ela deve passar por consulta popular.

Para José Pimentel (PT-CE), é necessária uma CPI para investigar o déficit do sistema. Segundo o senador, é preciso saber como “esse governo golpista conseguiu transformar o superavit da Previdência em um grande rombo”.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que as regras da PEC são inaceitáveis. Ele pediu às entidades que se movimentem para “encher as ruas do país”.

— Junto com os aposentados e os trabalhadores, podemos tomar de novo o Brasil em nossas mãos — disse o senador.

O senador Hélio José (PMDB-DF) garantiu que jamais apoiará uma proposta que altere direitos adquiridos e expectativas de direito.

Leia sobre o Brasil pré-Previdência: <http://bit.ly/MontepioImperio>

Gleisi: reformas do Executivo beneficiam apenas os empresários

A nova líder do PT, Gleisi Hoffmann (PR), anunciou que o partido vai se manter na oposição ao governo Temer.

Segundo a senadora, a legenda vai repercutir na Casa a voz dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Para Gleisi, as reformas da Previdência e trabalhista prejudicam a classe trabalhadora, em benefício do empresariado. Ela defendeu a redução das taxas de juros para incentivar a economia e o estímulo a programas sociais.



Roque de Sá/Agência Senado

Paim anuncia proposta para Previdência como alternativa à de Temer

Um substitutivo global à proposta de Reforma da Previdência em análise no Congresso

será apresentado por Paulo Paim (PT-RS) na próxima semana. Para o senador, o que vai quebrar a Previdência Social é justamente a mudança proposta. Quem já cumpriu os requisitos “corre para se aposentar”, gerando mais despesas para o sistema, enquanto os mais jovens questionam se devem contribuir, pois acreditam que jamais conseguirão se aposentar.



Roque de Sá/Agência Senado

Vanessa diz que Lava Jato enfrenta risco de ser enfraquecida

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) alertou ontem para os riscos de enfraquecimento da Operação Lava Jato. Segundo ela, os jornais têm mostrado sucessivos ataques à investigação, como o afastamento de delegados da PF que atuavam no Paraná.

— Está na hora dos movimentos Vem Pra Rua e Ética na Política voltarem a se mobilizar, bater panelas. Querem acabar com a Lava Jato e está todo mundo quieto? — questionou a senadora.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lindbergh Farias critica medidas de austeridade

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), Michel Temer promove políticas de austeridade que falharam no mundo inteiro.

Para ele, o Brasil precisa assegurar empregos e estimular a economia, mas cortes anunciados pelo governo agravarão as dívidas dos estados. O senador disse que relatório do FMI relaciona aumento da pobreza com políticas de austeridade, mas, segundo ele, o governo do Brasil não deu atenção ao estudo.



Gerardo Magela/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCJ Indicação para o Supremo

10h A comissão analisa a indicação de Alexandre de Moraes para o STF.

PRESIDÊNCIA Reunião de líderes

11h Eunício Oliveira coordena reunião de líderes. Às 15h, encontra a bancada do PMDB. Às 16h, preside ordem do dia.

PLENÁRIO Vaquejadas

14h Na pauta da sessão deliberativa, a PEC 50/2016, que legaliza as vaquejadas.

MP 751/2016 Cartão Reforma

14h30 Audiência pública interativa para instrução da medida provisória que dispõe sobre o Cartão Reforma.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Eunício e líderes vão definir pauta do Plenário

Entre as propostas consideradas prioritárias pelo governo, estão a que agiliza a liberação de novos remédios e a que regulamenta a terceirização de mão de obra

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, reúne-se hoje às 11h com os líderes partidários para definir a pauta de votações da Casa desta semana. O presidente quer ouvir as sugestões dos líderes para definir os projetos prioritários de cada bancada.

O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), adiantou a lista de propostas consideradas prioritárias pelo governo. Uma delas é o projeto que agiliza a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a realização de testes de novos medicamentos em seres humanos (PLS 200/2015).

Segundo o senador, o projeto torna mais rápido, sem prejuízo da segurança, o licenciamento de pesquisas clínicas para que medicamentos sejam colocados à disposição do público. Aloysio disse que o processo de liberação de um medicamento é lento e burocrático, com exigências que não acrescentam nada à segurança do processo, mas retardam o andamento.

Terceirização

Outro projeto de interesse do governo é a proposta proveniente da Câmara dos Deputados que regulamenta a terceirização de mão de obra. Aprovado pelos deputados em 2014, o PLC 30/2015 está pronto para inclusão na ordem do dia.

Apesar de ainda não ter recebido parecer do relator, senador Paulo

Paim (PT-RS), a proposta tramita em conjunto com dois outros projetos que já estão prontos para votação. O texto permite que uma empresa terceirize todas as suas atividades, e não apenas as chamadas atividades-meio (aquelas que não são inerentes ao trabalho da companhia, como limpeza e segurança).

A lista de prioridades do governo conta ainda com a PEC 62/2015, que acaba com a vinculação do aumento concedido à remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aos demais reajustes dos servidores públicos, e com o PLS 146/2007, que permite o arquivamento digital de documentos públicos.

Comissões permanentes

Da reunião devem sair também novas definições sobre as composições das comissões permanentes do Senado. Até agora, apenas a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) elegeu o presidente, Edison Lobão (PMDB-MA), e o vice-presidente, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Uma das mais importantes comissões do Senado, a CCJ examina a constitucionalidade das matérias, analisa as propostas de emenda à Constituição (PECs) e sabatina os indicados ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sua primeira missão neste ano é a sabatina do ministro da Justiça licen-



Eunício Oliveira afirma que vai ouvir as sugestões dos líderes partidários para selecionar projetos

ciado Alexandre de Moraes, indicado por Temer para substituir no STF o ministro Teori Zavascki, morto em queda de um avião no Rio de Janeiro.

Assim como os cargos da Mesa do Senado, a distribuição das presidências das comissões segue o critério da proporcionalidade partidária: as maiores bancadas escolhem primeiro e podem ter direito a mais comissões.

Em entrevista à TV Senado na quarta-feira, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) explicou que o PMDB, com a maior bancada da Casa, escolheria a comissão primeiro e que a escolha seguinte caberia ao PSDB, que deve indicar Tasso Jereissati (PSDB-CE) para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os demais partidos ainda não oficializaram suas indicações.

Vaquejada e desburocratização já estão prontas para votação

Na pauta de hoje do Plenário, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/2016, que permite a realização de vaquejadas e rodeios. A discussão em primeiro turno foi encerrada na semana passada e agora vai a votação. O texto estabelece que não serão consideradas "cruéis" as práticas desportivas com animais que estiverem registradas como integrantes do patrimônio cultural.

Também consta da pauta a PEC 57/2016, que simplifica as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores.

Site do Senado recebeu 443 manifestações de cidadãos sobre indicado ao Supremo

Até ontem, o Portal e-Cidadania do Senado já havia recebido 330 perguntas de cidadãos direcionadas à sabatina do ministro licenciado da Justiça, Alexandre de Moraes, indicado para o Supremo Tribunal Federal pelo presidente Michel Temer. Além disso, foram 113 comentários e opiniões a respeito da indicação nos primeiros quatro dias de espaço aberto para consulta pública.

Para participar do processo de sabatina de Moraes, é preciso estar cadastrado no e-Cidadania, ou efetuar o acesso pelo Facebook ou Google+, e aceitar os termos de uso do portal. É possível enviar perguntas e comentários até o dia da sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevista para

a próxima semana, no dia 22.

O relator da indicação, Eduardo Braga (PMDB-AM), e outros membros do colegiado podem incorporar perguntas de cidadãos aos seus questionamentos, e o presidente da comissão, Edison Lobão (PMDB-MA), pode ler perguntas diretamente do portal. Braga apresentará parecer à comissão em reunião extraordinária hoje, às 10h.

Esta é a segunda análise de um indicado para o Supremo com o canal de participação do Portal e-Cidadania. A primeira foi a de Edson Fachin, em 2015. Na ocasião, o Senado recebeu 648 manifestações nos 10 dias que antecederam a sabatina.

Participe da sabatina: senado.leg.br/ecidadania

Cristovam defende mudança na escolha de ministros da Corte

Contrário à indicação de Alexandre de Moraes para o STF, Cristovam Buarque (PPS-DF) defendeu a PEC de sua autoria que altera as regras de indicação e escolha de ministros para o Supremo.

Pela proposta, será encaminhada ao presidente da República uma lista com seis nomes. Ele escolherá três deles para sabatina e o Senado elegerá um dos três.

— Assim, tem um debate e uma eleição, não apenas uma sabatina — explicou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

PEC que muda lista de indicados para STF pode ser votada, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse se sentir honrada pela indicação para relatar a proposta de emenda à Constituição (PEC 44/2012) de Cristovam Buarque (PPS-DF) que altera o processo de escolha para o STF, já pronta para entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pela PEC, a escolha partiria de lista sextupla, formada por dois indicados pelo Ministério Público Federal, dois pelo Conselho Nacional de Justiça, um pela Câmara e um pela OAB.



Roque de Sá/Agência Senado

Lasier defende adoção de novas regras para indicações ao Supremo

Para Lasier Martins (PSD-RS), o poder que o presidente da República tem para indicar os integrantes do STF pode significar interferência do Executivo no Judiciário. O senador criticou os mandatos dos ministros do Supremo serem vitalícios. Ele é autor da PEC 35/2015, que traz novas regras para escolher esses magistrados, como lista tripla aprovada por colegiado formado, entre outros, pelos presidentes do STF, do STJ e do TST.



Roque de Sá/Agência Senado

Governo Temer vai restituir a credibilidade do país em breve, afirma Ataídes Oliveira

Para Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o Brasil já começou a ser mais respeitado internacionalmente, comparando o atual cenário com o do período em que o país era governado por Dilma Rousseff.

Segundo o senador, um sinal é a diminuição da taxa Selic, que era de 14,25% no governo



Marcos Oliveira/Agência Senado

PT e caiu para 13% no governo Temer. Ele disse não ter dúvidas de que o PT estava na direção errada, e afirmou ser "importante o povo saber que o governo Temer está no rumo certo".

— Passando a reforma da Previdência e a trabalhista, a credibilidade vai voltar.

Projeto aumenta tempo de propaganda política

O tempo de propaganda política no rádio e na televisão para os cargos proporcionais pode aumentar. Pelo projeto, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), também fica proibido o uso de gravações externas e montagens de imagem.

O PLS 13/2017, que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), determina que o tempo de propaganda para

deputado federal teria um acréscimo de dez minutos, em cada um dos dois períodos previstos para a propaganda. O mesmo vale para candidatos a deputado estadual ou distrital.

O projeto veda a utilização de gravações externas, montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais. A vedação atinge a veiculação de mensa-

gens que possam degradar ou ridicularizar candidato, partido ou coligação. Na visão da senadora, o entendimento popular é que a campanha eleitoral só começa, efetivamente, com o início da propaganda no rádio e na TV. Ela considera que é por meio da propaganda nesses veículos que a maioria dos eleitores conhece as propostas dos candidatos.

Projeto do Senado que veta cobrança de bagagens aéreas está na Câmara

Se proposta não for aprovada até março, entrará em vigor a norma da Anac que permite a empresas cobrarem pelo despacho de volumes

Aline Guedes

A PERMISSÃO PARA que as companhias aéreas cobrem pela bagagem despachada, prevista numa nova regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), recebeu fortes reações de parlamentares, membros do Ministério Público e consumidores. Um dia depois do anúncio das novas regras, em 14 de dezembro, o Senado aprovou um projeto de decreto legislativo vetando a cobrança. O PDS 89/2016 seguiu para a Câmara dos Deputados e, se for aprovado, passará a valer imediatamente, já que o Legislativo tem a prerrogativa de sustar regras de agências reguladoras.

O autor do projeto, senador Humberto Costa (PT-PE), afirma que, ao editar a Resolução 400/2016, a Anac não evidenciou estudos sobre a relação entre a extinção da franquia e a redução dos preços das passagens aéreas. Segundo o senador, a agência também não garantiu que as empresas de transporte aéreo reduzirão as tarifas ou oferecerão medidas compensatórias.

Para Humberto, a cobrança “representa um recuo grave para o direito do consumidor, no que tange à bagagem despachada, evidenciando restrição a direitos já estabelecidos”.

O senador Jorge Viana (PT-AC) diz considerar a medida da Anac “abusiva e precipitada” e apoia o projeto.

Mercado

A ideia de pagar pelo serviço desagrada o advogado Raphael Milito. Passageiro frequente, ele teme que a mudança seja uma forma de as empresas aéreas tirarem mais dinheiro dos consumidores. Ele citou um voo local que fez nos Estados Unidos, e o valor do bilhete previa pagamento extra por bagagem despachada.

— Mesmo despachando duas malas, o valor foi ainda inferior ao de uma empresa concorrente. Lá, a competição é grande, e a lei do mercado se impõe. Mas, num país como o Brasil, onde temos poucas opções, fico desconfiado — diz.

O jornalista Maurício Nogueira é outro consumidor que não acredita na redução no preço das passagens. Para ele, embora siga a tendência internacional, a liberação da cobrança por bagagem prejudicará os brasileiros, que pagam cada vez mais taxas.



Agência espera que novas regras diminuam os custos das passagens, mas consumidores reclamam porque não há garantia

— A Anac sempre acena com a possibilidade da diminuição dos preços, mas não é isso que a gente vê após um tempo de implementação de uma medida.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), que representa Latam, Gol, Azul e Avianca, informa que somente comentará o tema após a validação das novas regras.

O superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Anac, Ricardo Catanant, diz que respeita as críticas, mas considera que elas sejam motivadas pela falta de compreensão sobre o assunto. Segundo ele, a mudança resultou de discussões com representantes da sociedade civil, do Ministério Público, da Câmara, do Senado e de órgãos de defesa do consumidor ao longo dos últimos cinco anos.

— Entendemos que os senadores são extremamente sensíveis aos pleitos da população, mas, ao mesmo tempo, a gente espera que este esforço de comunicação junto ao Congresso traga o entendimento sobre o benefício da medida — afirma.

Clareza

A Resolução 400/2016, apresentada pela Anac em 13 de dezembro, trouxe uma série de mudanças nas relações entre empresas e passageiros sob o argumento de que seria possível diversificar serviços, aumentar a concorrência e baixar preços. A agência considera que a medida colocará o Brasil em um patamar internacional, oferecendo maior clareza sobre os serviços cobrados e tranquilidade ao mercado, diminuindo questionamentos judiciais.

Entre as principais alterações está a desregulação da franquia

de bagagens. Atualmente, as empresas são obrigadas a oferecer a todos os passageiros a possibilidade de despachar até 23 kg para voos domésticos e 64 kg para voos internacionais sem cobrança adicional. Com a nova regra, caberá às empresas decidir qual franquia de bagagem será oferecida.

De acordo com a resolução da Anac, as medidas passarão a valer nos casos de passagens vendidas a partir de 14 de março de 2017, quando se completam 90 dias da publicação do texto no *Diário Oficial da União*. No caso de bilhetes adquiridos antes dessa data, mesmo que o voo aconteça depois da entrada em vigor das novas regras, valem as atuais.

As empresas aéreas argumentam que a flexibilização de bagagens vai baratear as passagens de quem não despachar mala. De acordo com Catanant, a medida ajudará a diminuir os custos das empresas aéreas e, consequentemente, ampliar o acesso da população aos voos, a partir da redução dos preços.

— O número de pessoas que viajam de avião no Brasil ainda é inexpressivo. A aviação precisa crescer, especialmente num país onde o transporte aéreo para muitas regiões é uma necessidade — ressalta.

Ele explica, no entanto, que a Anac não pode garantir que os preços vão cair, porque fatores como o custo do petróleo e a cotação do dólar interferem nos valores repassados aos usuários. Segundo a agência, caso as mudanças não produzam os efeitos esperados, o texto da resolução poderá ser revisto.

Apenas a alteração na franquia de bagagem é alvo da suspensão proposta pelo projeto

de Humberto Costa. As outras 18 medidas previstas no novo regulamento da Anac (*veja ao lado*) também devem entrar em vigor em março.

Mala extraviada

Entre elas, estão o aumento, de 5 kg para 10 kg, no peso mínimo permitido para bagagens de mão, e a redução no prazo para restituição de bagagens extraviadas, que passa de 30 dias para até 7 dias nos voos domésticos e 21 nos internacionais. Após esse prazo, se a bagagem não for localizada, as empresas aéreas terão no máximo uma semana para indenizar os passageiros.

O novo regulamento permite a correção de erros no preenchimento do nome do passageiro até a hora do check-in.

A Anac determinou que o consumidor tem direito a desistir da compra até 24 horas após receber o comprovante, caso ela seja feita com ao menos sete dias de antecedência.

Regras

Alterações decididas pela Agência Nacional de Aviação Civil devem entrar em vigor em 14 de março

ANTES DO VOO

As empresas aéreas deverão informar o valor total a ser pago pelo consumidor já no anúncio da passagem

O consumidor deve ser informado previamente sobre regras de bagagem, valor do reembolso e tempos de voo e conexão

Na hora da venda da passagem, serviços e produtos adicionais não podem estar pré-selecionados

Pelo menos uma das opções de passagem deve garantir 95% de reembolso ao passageiro no caso de mudanças

O consumidor terá 24 horas para desistir da compra da passagem sem ônus, no caso de bilhetes adquiridos com mais de sete dias antes da data do voo

As mudanças de horário, itinerário ou conexão pela companhia devem ser avisadas com antecedência mínima de 72 horas ao passageiro

As empresas deverão oferecer informações mais claras sobre o pagamento de excesso de bagagem, para evitar o “fator surpresa” no despacho

DURANTE O VOO

O passageiro deve informar à empresa aérea se carrega na bagagem bens de valor superior a cerca de R\$ 5,2 mil

As empresas não poderão cancelar automaticamente o trecho de retorno, quando o passageiro avisar que não fará uso do trecho de ida. Ou seja, se o passageiro perder o trecho de ida, ele pode utilizar o trecho de volta, mediante aviso à companhia aérea

Caso a empresa deixe de embarcar o passageiro por overbooking, por exemplo, ele deve ser indenizado em cerca de R\$ 1 mil para voos domésticos e R\$ 2 mil para internacionais

Ficam mantidos os direitos dos passageiros no caso de atrasos ou cancelamentos de voos, como comunicação, alimentação, transporte e hospedagem. No entanto, a hospedagem em hotel deve ser oferecida pela empresa apenas em caso de necessidade de pernoite

DEPOIS DO VOO

Em caso de extravio de bagagem, o passageiro deverá ser indenizado em até sete dias após o registro da ocorrência para voos domésticos e em até 21 dias para viagens internacionais



Assista a vídeo da Agência Senado sobre novas normas da Anac, entre elas a que libera a franquia de bagagens: <http://bit.ly/videoBagagem>

Saiba mais

Resolução 400/2016 da Anac
<http://bit.ly/resolucao400>

Projeto de Decreto Legislativo 89/2016
<http://bit.ly/PDS89de2016>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania